

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.368 - PB (2019/0292314-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : EDUARDO ANIBAL CAMPOS SANTA CRUZ COSTA
ADVOGADO : EDUARDO ANIBAL CAMPOS SANTA CRUZ COSTA -
PB018607
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : S L F
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de S L F contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA - Apelação Criminal n. 0034732-65.2016.815.2002.

Nesta via, sustenta o impetrante, em síntese, a ilegalidade da imediata execução provisória da pena pelo paciente, aduzindo que houve a interposição de recurso especial pela defesa e que foi deferido pelo Juízo sentenciante o direito ao apenado de recorrer em liberdade.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para suspender a execução provisória da pena, expedindo salvo-conduto em favor do sentenciado, a fim de que possa recorrer em liberdade.

É o relatório.

A princípio, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem proferido no julgamento de recurso de apelação, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, "o Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 5.10.2016, no julgamento das medidas cautelares nas ações diretas de constitucionalidade 43 e 44, por maioria de votos, confirmou entendimento antes adotado no julgamento do HC 126292, no sentido de que a execução provisória da pena não afronta o princípio constitucional da presunção de inocência, de modo que, confirmada a condenação por colegiado em segundo grau, e ainda que pendentes de julgamento recursos de natureza extraordinária (recurso especial e/ou extraordinário), a pena poderá, desde já, ser executada" (HC 382.995/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 02/03/2017), o que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

